



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE
COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

ATA DA 13ª REUNIÃO PLENÁRIA DA CNRMS

Aos 17 e 18 dias de dezembro do ano de dois mil e dezoito na sala de reuniões 621, 6º andar do Ministério da Educação (MEC), realizou-se a 13ª Reunião Plenária da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde – CNRMS, contando com os seguintes participantes: Fernando Leandro dos Santos, membro nato representando o Secretário de Educação Superior do MEC; Marisa Aparecida Cabrini Gabrielli, membro nato, representando o Diretor de Desenvolvimento da Educação em Saúde do MEC; Rosana Leite de Melo, membro nato, Coordenadora Geral de Residências em Saúde SESU/DEDES/MEC; Cintia Rodrigues Leal, secretária executiva adjunta, membro nato, representando o Diretor do Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais da Saúde, do Ministério da Saúde (DEPREPS/SGTES); Aldira Samantha Garrido Teixeira, secretária executiva da CNRMS, representante dos coordenadores de programas de residência; Maria Regiane Trincaus, representante das Instituições de Ensino Superior que ofertam Programas de Residência em Área Profissional da Saúde; Fabiano Ribeiro dos Santos, representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); Juliana Ramos Bruno, representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); Grace Fátima de Souza Rosa, representante dos coordenadores de programas de residência; Ana Paula Silveira de Moraes Vasconcelos, representante Fórum Nacional de Tutores e Preceptores; Egídio Antônio Demarco, representante Fórum Nacional de Tutores e Preceptores; Ricardo Burg Ceccim, representante das associações de ensino; Marino Tessari, representante dos Conselhos Federais da Área da Saúde; Gabriela Bampi, representante do Fórum Nacional de Residentes; João Maria Moraes da Costa, representante do Fórum Nacional de Residentes; Bianca Michelin, Jessyca Christynie Viriato Ribeiro e Rosiany Ferreira da Luz, membros da equipe técnica do MEC e Gabriel Franke Viegas e Naiara da Silva Lisboa, convidados. **1. Abertura** – Aldira Samantha, Secretária Executiva da Comissão, iniciou a Plenária falando sobre as inclusões de pauta **a. 3º ano Enfermagem em Centro Cirúrgico-DF. b. Solicitação da RIs Ceará de alteração da data do início de programa. Indeferido por questão orçamentária. c. Solicitação do fórum para início em 07/03 – d. Transferência UFRN e. Inclusão horário de almoço nos casos de plantões de residentes f. Aditamento do ato autorizativo – remanejamento de vaga. 2. Aprovação da Ata da Reunião Plenária de novembro de 2018.** Aprovada após adequações. **3. Homologação dos processos de trancamento, afastamentos e desligamentos. Trancamentos** – **a.** A Coordenação Geral de Residências em Saúde - CGRS recebeu solicitação de trancamento de matrícula da residente de fisioterapia Luciana Limoeiro Ricarte, Cavalcante, R2 do programa Atenção Básica/Saúde da Família, ofertado pela Fundação Estatal Saúde da Família da Fundação Osvaldo Cruz, por um período de 12 meses a partir de 19 de novembro de 2018 por motivo Saúde do filho. **Decisão da Plenária** – trancamento deferido. **b.** A Coordenação Geral de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE
COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

Residências em Saúde - CGRS recebeu solicitação de trancamento de matrícula do residente Atos de Assis Pinheiro do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, no período de 09 de julho de 2018 a março de 2020, devido a problemas de saúde na família. **Decisão da Plenária** - indeferimento da solicitação devido ao extenso tempo de afastamento em relação à formação. C. Coordenação Geral de Residências em Saúde - CGRS recebeu solicitação de trancamento de matrícula da residente Clarissa Rocha Moreira Pinto do Programa de Residência em Enfermagem Obstétrica da Universidade Federal Fluminense por um período dois semestres a partir de 10/12/2018 por motivo de falecimento do pai e toda família ter ido para Portugal. **Decisão da Plenária** – trancamento deferido por 6 meses. **Desligamento** – solicitação de homologação do desligamento da Profissional de Saúde Residente Nutricionista Ana Beatriz Pereira Viana, do Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Família da Faculdade de Ciências Médicas/ Universidade de Pernambuco. **Decisão da Plenária** - aprovado parecer de desligamento da residente – UPE 4. **Denúncia a programas da UFJF** Processo de supervisão - denúncia a ser apreciada e deliberada pela plenária: Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora: definição de data para visita *in loco*. Marisa disse que fez parecer em abril de 2018 dizendo da necessidade de visita *in loco* ao programa. Disse também que na época foi informada que havia apenas um residente que acabaria o programa em fevereiro de 2019 e não seriam abertas mais turmas. **Decisão da Plenária** – realizar visita que será feita por Fabiano, Marisa, Samantha e um residente para acompanhar. **5. Publicações das resoluções recentes** (Apresentação da minuta de resolução sobre definição de carga horária mínima nas ações em saúde e atenção básica na Medicina Veterinária, afastamentos, início das atividades); A resolução de afastamento aprovada em Plenária encontra-se no jurídico. **6. Hospital Metropolitano Odilon Behrens** - após discussões Samantha sugeriu levar para próxima plenária. **7.3 ano Enfermagem em Centro Cirúrgico-DF – Decisão da Plenária:** examinar a documentação entregue, verificar suficiência e consistência a fim de repassar a CT respectiva, examinar as possibilidades de 3 ano optativo em geral. Grupo formado por Ricardo, Gabriel, Grace, Ana Célia, Ana Paula e Regiane, representante do CONASEMS e Cintia. **8. Denúncias – a.** A CGRS recebeu denúncia formulada por residentes do programa de Residência Multiprofissional do Hospital São José de Joinville SC, que aponta uma série de possíveis irregularidades no funcionamento do programa de residência Multiprofissional. Listaram que há falta de preceptoria adequada envolvendo os diversos programas, ocorre assédio moral por meio de punições disciplinares sem, aparentemente, o devido processo legal; falta de cumprimento das normas relativas a distribuição da carga horária prática /teórica e cumprimento da carga horária nas disciplinas teóricas ; falta de emissão de certificado de conclusão ao término do programa; falta de tutoria; funcionamento precário da COREMU, sem o devido registro em ata das decisões e o acompanhamento para cumprimento delas; e, normas e registro do processo avaliativo do residente e da auto avaliação. **Parecer:** Tratando-se de denúncia em desfavor de instituição credenciada para oferta de programa de residência multiprofissional de graves consequências para qualificação dos residentes. Se verdadeiras, necessário se faz a ampla defesa as partes, em relação aos fatos narrados para que outras medidas possam ser tomadas no decorrer da diligência. Neste sentido, deve-se instigá-los a se pronunciar no prazo de dez dias, a contar do recebimento da notificação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE
COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

Voto: Tendo em vista a necessidade de se apurar os fatos narrados na denúncia, votamos pela instauração de diligência do programa em tela, instigando a instituição a se pronunciar quanto aos fatos narrados, apresentando os documentos relativos: ao corpo de preceptores e tutores, com as respectivas formação profissional, maior titulação, carga horária de vínculo institucional; número do registro dos processos disciplinares, com resumos dos fatos; regimento interno da COREMU; matriz curricular; plano de ensino das disciplinas teóricas; e plano de atividades práticas por semestre e categoria profissional. **b.** A CGRS recebeu denúncia encaminhada a COREMU da UFRGS contra a residente Glenda Sabrina Morales, ingressante do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva em 2018, por apresentar duplo vínculo com o Programa de Mestrado Profissional em Análises Clínicas do Hospital das Clínicas da UFRGS. A COREMU reunida em 04/12/2018 decidiu por encaminhar o processo ao setor jurídico da Universidade e a esta Comissão para deliberação. No Edital de abertura de inscrições está previsto no item 2 a necessidade e obrigatoriedade de dedicação exclusiva para os programas de residência. A denuncia dá-se pelo fato de estar indicado no curriculum lattes da residente desde 2017 vínculo com o referido programa de mestrado profissional. **Parecer:** Não consta nenhum documento comprobatório de vínculo da residente com o programa de mestrado profissional além da indicação no curriculum lattes; A COREMU do programa necessita instaurar processo contra a residente, apurar os fatos e, se comprovados, solicitar o desligamento da residente. Após encaminha-se o processo para esta comissão, CNRMS, para homologação do desligamento da residente. **Voto:** Voto pelo retorno deste processo a COREMU da UFRGS para averiguação dos fatos e, se comprovados, promover o devido desligamento da residente. Após encaminhar processo para homologação desta comissão. **Decisão da Plenária:** A Plenária da Comissão Nacional de residência Multiprofissional em Saúde acompanha por unanimidade o voto da relatora. **9. Transferência** – A Coordenação Geral de Residências em Saúde - CGRS recebeu solicitação de transferência de residente do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da UFRN para o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da UFPB. **Decisão da Plenária:** solicitação deferida. **10. RIS-ESP/CE** - Escola de Saúde Pública do Ceará-. A COREMU da Escola de Saúde Pública do Ceará (COREMU-ESP/CE), solicita prorrogação do início da sexta turma do Programa de Residência Integrada em Saúde para o mês de abril de 2019. A atual execução do Programa de Residência Integrada em Saúde tem ocorrido por meio de densas articulações interinstitucionais, envolvendo a ESP/CE, a Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU-ESP/CE), o Governo do Estado do Ceará, a Secretaria Estadual da Saúde, a Coordenadoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do Ceará (CGTES), a Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) e as instituições executoras (Prefeituras Municipais, Hospitais da Rede SESA- Centro Regional Integrado de Oncologia). O atraso na publicação do Edital para o certame de 2018 que selecionará a turma 2019-2020 inviabiliza o começo da turma na data prevista, dado o quantitativo de vagas e previsão de concorrentes, bem como, a quantidade de etapas da seleção, o que não faz ser possível cumprir todos os prazos de forma que em 1º de março a turma inicie seu processo formativo, sendo esses os motivos pelos quais foi solicitado o adiamento do início da sexta turma da RIS-ESP/CE para o mês de abril de 2019. **Decisão da Plenária** - indeferido pela impossibilidade administrativa de iniciar turma após março, podendo trazer prejuízo as turmas vindouras. **11. Solicitação do**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE
COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

Fórum de Coordenadores para início em 07/03/2019 -Fica autorizado o início das atividades letivas até 7 de março de 2019, sem prejuízo da data de finalização dos programas em 28 de fevereiro de 2021 e cumprimento das 5760h, sem prejuízo da data de matrícula. **12. Inclusão do horário de almoço no caso de plantões dos residentes** - em atenção à solicitação, esta Comissão resgata o despacho orientador, solicitando à Coordenação do Programa seu fiel cumprimento **13. Reconhecimento dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde do Grupo Hospitalar Conceição - GHC** – reconhecidos pela Plenária da CNRMS após análise do Instrumento de Avaliação de Residências em Área Profissional da Saúde os sete programas cadastrados no SisCNRMS visitados em 15-16 de agosto 2017. **14. Reconhecimento dos programas (devolutiva).** – Rosana disse que já foram reconhecidos mais de oitenta por cento dos programas e que até janeiro o reconhecimento deve estar finalizado. **Planejamento das avaliações e autorizações** – Rosana informou que foram cadastrados no SisCNRMS 366 novos programas e destes 244 estavam aptos para serem avaliados. Foram feitas 135 avaliações *in loco*, 55% dos programas aptos para avaliação. Os relatórios de visita encaminhados pelos avaliadores à CGRS foram enviados para as Câmaras Técnicas, que fez análise de 13 programas até o momento. Rosana notou que no instrumento de avaliação falta uma parte final que seria a conclusão, um parecer do avaliador. Para Rosana é importante se pensar em ter instâncias estaduais da CNRMS, as CEREMUs, para coordenar as visitas. Marisa e Egídio concordam . Fernando disse que estas CEREMUs têm que ter uma normativa de funcionamento que deixe clara sua atribuição. Foi criado um grupo de trabalho, GT, para estabelecimento das CEREMUS formado por Rosana, Samantha, Marino, Regiane e Egídio. Na discussão de como se dará a autorização aos 45% dos programas que faltam para ser avaliados foi decidido que somente serão autorizados programas que tiverem visita, avaliação *in loco*, embora Grace quisesse que a avaliação fosse apenas documental. Voltando à discussão sobre como serão as avaliações Fabiano, assim como Grace, não concorda que os programas tenham que esperar a avaliação *in loco*. Samantha informou que ainda faltam serem feitas 109 avaliações e sugeriu que sejam realizadas ao longo do ano. Cintia disse que por isonomia todos os programas tem que ser avaliados da mesma forma. Para Ana Paula e Ricardo os programas não podem ser avaliados de maneira diferente. Juliana propôs que antes da visita fosse feita análise dos programas pelos membros da plenária e câmaras técnicas assim já teria um filtro. Samantha sugeriu encaminhar para câmara técnica que seria apoiada por seus assessores da comissão. Os que programas que fossem descartados já não receberiam a visita. Samantha agradeceu o trabalho feito por Bianca e Rosiany para tornar possíveis as visitas aos programas. **15. Aprovação dos projetos e relatórios de visita in loco e câmaras técnicas** - a relação dos projetos com o parecer da plenária, deferidos e indeferidos, será publicada na página da Residência Multiprofissional do MEC em Atas e Súmulas – Extratos. **16. Informes, assuntos diversos** - Egidio e Ana Paula questionam sobre o processo de seleção da UEPG deliberado na Plenária anterior que não poderia ter sido realizado diante da recomendação de diligência. Samantha disse que a instituição foi informada da diligência via SEI e que não teve conhecimento antes do processo seletivo; por isto ele aconteceu. **17.Fechamento** - Nada mais tendo a ser tratado. Samantha encerrou a reunião e, eu, Diva Amaro da Silveira, lavro esta ata.